

Avaliação da Correlação entre Emprego e Receitas Orçamentárias de Royalties nos Municípios Produtores de Petróleo da Região Norte Fluminense

Alcimar Chagas Ribeiro <alcimar@uenf.br>

Rodrigo Tavares Nogueira <nogueirart@bol.com.br>

Resumo: Levando em consideração as premissas de que o investimento e o crescimento sustentável do emprego representam fundamentos essenciais para o desenvolvimento econômico regional, este trabalho lança mão de conceitos importantes relacionados à aglomeração produtiva, desenvolvimento endógeno, cooperação, capital social e inovação, construídos na trajetória do crescimento econômico, e desenvolve uma análise de correlação entre as variáveis receitas de royalties / emprego, nos municípios produtores de petróleo da Região Norte Fluminense. Busca-se verificar até que ponto o crescimento de recursos orçamentários impacta, positivamente, no nível de investimento e emprego local e regionalmente, induzindo o desenvolvimento econômico.

Palavras chave: desenvolvimento econômico, receitas orçamentárias, royalties.

Evaluation of the Correlation Between Employment and Budgetary Revenue of Royalties on Oil Producing Municipalities of the North Fluminense

Abstract: Considering the assumptions that the investment and the sustainable growth of employment represent essential fundamentals for the regional economic development, this article comes with important concepts related to productive clusters, endogenous development, cooperation, social capital and innovation, formed in the trajectory of economic growth, and develops a correlation analysis between variables incomes of royalties / employment, in the petroleum producer cities in the Norte Fluminense region. It's intentioned to search how far the growth of budget resources impacts, positively, in the level of investment and local and regional employment inducing the economic development.

Keyword: economic development, budget resources, royalties.

1. Introdução

No contexto da economia local, espaço político institucional autônomo, a expectativa dos atores produtivos e sociais é de que o governo tenha um poder de intervenção capaz de inibir as falhas de mercado, criando condições favoráveis internamente, a partir da gestão do orçamento público. Assim, ações como a atração de empresas e o conseqüente aumento no nível de emprego e renda são os elementos primordiais e esperados pela sociedade local. Tradicionalmente, esses espaços convivem com sistemas econômicos compostos de pequenas e médias empresas, as quais apresentam dificuldades na captação de recursos financeiros, fragilidade no contexto da inovação e da gestão dos negócios. Complementarmente, observa-

se, de forma acentuada, um empreendedorismo por necessidade e com um alto grau de informalidade.

Como esse quadro não permite uma estrutura de receitas próprias mais robustas, esses espaços apresentam uma forte dependência às transferências institucionais na composição do conjunto das receitas correntes municipais. As mesmas dificuldades de gestão observadas nas pequenas empresas, também são observadas na esfera pública.

Quanto à primeira situação, sobressai o despreparo gerencial dos titulares dos negócios constituídos, já que é próprio da natureza do empreendedorismo por necessidade, a condição de baixa escolaridade. Esses empreendedores, normalmente, adquirem um conhecimento operacional relativo ao negócio específico e iniciam uma empresa num momento de desemprego ou a partir da formação de uma poupança capaz de permitir o início do empreendimento. Neste caso, é evidente que mesmo a empresa tendo um bom produto ou um bom serviço, não tem a garantia de sucesso na concorrência de mercado. Daí a forte mortalidade de empresas nesse tipo de ambiente socioeconômico.

Quanto à segunda situação, sobressai a baixa competência gerencial dos gestores públicos, que diante das perspectivas de crescimento das receitas correntes, costuma construir robustas estruturas de gastos com o custeio da máquina pública, não levando em conta os riscos iminentes da sociedade nos períodos futuros. O baixo padrão de investimento observado nesses espaços materializa essa condição, já que parte substancial do orçamento é usada em práticas de clientelismo e outras estratégias necessárias para a manutenção do poder político. Tem-se observado um forte hiato entre as práticas políticas e técnicas no setor público, o que reflete no aprofundamento da pobreza, mesmo em ambientes beneficiários de crescentes volumes de receitas orçamentárias. Um paradoxo que precisa ser melhor entendido pela sociedade.

A busca de respostas sobre questões relacionadas, é o fator motivador desse trabalho que investiga a correlação entre a receita de royalties de petróleo e o emprego gerado nos municípios produtores de petróleo da Região Norte Fluminense.

Para alcançar o objetivo, o trabalho apresenta a presente introdução no capítulo 1; a caracterização da unidade de pesquisa no capítulo 2; os aspectos metodológicos no capítulo 3; o referencial teórico no capítulo 4; a análise dos resultados no capítulo 5 e as considerações finais no capítulo 6.

2. Unidade de Análise

2.1 Caracterização da Região Norte Fluminense

A Região Norte Fluminense é constituída dos seguintes municípios: Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Macaé, Quissamã, São Fidélis, São João da Barra, São Francisco de Itabapoana e Conceição de Macabú. O Produto Interno Bruto contabilizado em 2007 somou 31.678.098.000,00 (trinta e um bilhões, seiscentos e setenta e oito milhões e noventa e oito mil reais) para um PIB per capita, no mesmo ano, de R\$ 39.056,25 (trinta e nove mil cinqüenta e seis reais e vinte e cinco centavos). A população estimada em 2009 alcançou 811.089 habitantes (IBGE apud CHAGAS RIBEIRO, 2010). Dos nove municípios citados, cinco são beneficiários dos royalties de petróleo, já que estão localizados em áreas de prospecção e produção. São eles: Campos dos Goytacazes, São João da Barra, Macaé, Quissamã e Carapebus, municípios que recebem expressivas receitas de Royalties na forma de compensação financeira a sociedade, garantida pela Lei n. 9.478/97 (PIZZOL e FERRAZ, 2010). Além dos royalties, o município de São João da Barra é a base do complexo portuário

do Açúcar, projeto com investimento estimado em US\$ 1,6 bilhão que está sendo preparado para absorver industriais importantes nos próximos anos, já que se constituirá em um importante corredor de exportação do país.

3. Aspectos Metodológicos

A condução metodológica do presente trabalho baseia-se na pesquisa de cunho exploratório. Segundo Gil (1999) essa tipologia, quanto aos objetivos, proporciona uma visão mais aprofundada sobre determinada questão sendo, portanto, um tipo de pesquisa favorável para temas pouco explorados e que dificultam a formulação de hipóteses precisas e operacionalizáveis. A pesquisa bibliográfica na literatura de desenvolvimento econômico, com recorte na questão do desenvolvimento econômico endógeno, completa a estrutura metodológica do trabalho, juntamente com o levantamento de dados secundários do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

4. Referencial Teórico

O aprofundamento das desigualdades entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos com aumento do desemprego e da pobreza no pós-guerra, num contexto de fragilização da economia keynesiana, estimulou um consistente esforço de pesquisa sobre a temática do crescimento econômico. Tal fato fez aflorar os modelos neoclássicos com resgate da figura do mercado como fundamento essencial de governança das relações econômicas, além do objetivo explicativo do processo de crescimento econômico (SOLOW, 1956).

O fundamento exógeno da tecnologia, a visão do equilíbrio geral e o processo mecanicista de transbordamento do emprego e da renda, impulsionado pelos países desenvolvidos em direção aos países não desenvolvidos, representavam o presente paradigma econômico. A base estrutural estava configurada na organização produtiva taylorista-fordista de produção em massa e numa dinâmica divisão do trabalho, onde a grande empresa, organizada verticalmente, dependia de grandes investimentos, grandes produções, grandes mercados.

No contexto regional, os modelos de desenvolvimento econômico, baseado na teoria da localização industrial, de cunho estático (VON THUNEN, 1826; WEBER, 1909; LOSCH, 1940; CHRISTALER, 1933 e ISARD, 1956), cediam espaço a abordagens onde a necessidade de participação do governo resgatava a orientação Keynesiana. Dentre elas, destaque para a noção de pólo de crescimento ou desenvolvimento de Perroux (1955), cuja idéia básica era explicar as razões do processo de concentração industrial e o papel das empresas líderes ou indústrias motrizes no processo de crescimento regional ou local. Para o autor, a instalação, em regiões atrasadas, de uma indústria motriz capaz de gerar efeitos de encadeamento e integração (efeitos a montante e a jusante) estimularia o crescimento da região na qual a indústria foi instalada (GÓES e GUERRA, 2007).

Uma outra abordagem de desenvolvimento regional de igual importância e de cunho intervencionista é creditada a Hirschman (1958), cuja base está centrada nos conceitos de efeitos para frente (“forward linkages”) e para trás (“backward linkages”). Segundo o autor, efeitos para trás estariam relacionados às externalidades positivas, decorrentes da implantação de indústrias potencializadoras da produção local de insumos, enquanto efeitos para frente seriam resultantes da oferta de insumos que tornam viáveis setores que se posicionam a jusante de determinada cadeia produtiva. Um fato importante é que essas teorias não garantiriam a ocorrência de desenvolvimento regional de forma automática pelas forças de

mercado e sim pela intervenção estatal que agiria nos desequilíbrios regionais, impulsionando o desenvolvimento.

Todavia, a crise dos anos setenta impôs mudanças substanciais no cenário econômico mundial. A fragilização da demanda agregada pressionou os meios produtivos que passaram a formar vultosos estoques involuntários, com reflexos no desemprego de fatores produtivos. Os pressupostos relacionados à tecnologia de base mecânica, tais como: grandes lotes de produção, grandes investimentos, produção padronizada em alta escala e consistente divisão do trabalho, começavam a desmoronar. Conseqüentemente, um novo paradigma tecnológico mais flexível e de base eletro-eletrônica começava a tomar corpo, possibilitando a inserção de pequenas empresas, processo produtivo em pequenos lotes, maior flexibilidade nos processos produtivos e a materialização de nichos específicos de negócios.

Esta nova estrutura produtiva mantinha a base de apoio na flexibilidade dos processos de trabalho, nos mercados de trabalho, nos produtos e padrões de consumo. A mesma caracterizava-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, 1994).

Segundo Womack et all. (1992), a idéia básica da produção flexível seria fabricar apenas os produtos que são exigidos pelo mercado, em um menor tempo possível, com menores custos e com alta qualidade. Ficou também conhecido como sistema de produção enxuta porque utiliza um menor número de um conjunto de fatores necessários à fabricação de seus produtos, quando comparado à produção em massa.

Em complemento à base conceitual, Ceres (1991) define que a produção flexível constitui uma forma de gestão do capital que se refere ao sistema de produção e às relações de trabalho. Na produção flexível podem se distinguir três níveis diferenciados entre si, porém complementares: a organização da produção, a organização do trabalho e as relações de trabalho.

As mudanças indicadas acima se caracterizaram na base para o surgimento, na literatura econômica, de diversas estruturas de organização produtiva. Segundo o interesse de análise deste trabalho, relacionado ao tema desenvolvimento regional endógeno, foi lançada mão de fundamentos relevantes sobre o tema, tais como: desenvolvimento econômico endógeno, inovação e economias de aglomeração.

4.1 Aspectos do desenvolvimento econômico endógeno

Após os economistas teóricos e pesquisadores empíricos terem negligenciado o estudo do crescimento e concentrando suas atenções em outros campos, notadamente, na política macroeconômica de curto prazo, somente na década de 1980 ressurgiu o interesse por questões relacionadas ao desenvolvimento econômico. Tal ocorrência se materializou depois da real constatação empírica do elevado estágio de desigualdade entre os países pobres e ricos (CHAGAS RIBEIRO, 2004). A nova teoria, como elemento ativo do processo de crescimento, passa então a considerar a afirmativa de que o progresso técnico exerce efeitos expansivos sobre o produto ao elevar a produtividade dos fatores e a retransmitir esses efeitos entre as unidades produtivas (ROMER, 1986).

Paralelamente, diversas pesquisas empíricas resgatam a visão Marshalliana como pilar da estrutura produtiva localizada e seus benefícios. Surge, conseqüentemente, um novo paradigma de governança do sistema econômico que passa integrar mercado, governo e outros agentes de interesse local/regional.

Na discussão sobre indústria localizada, Marshall (1982) já indicava que desde o estágio primitivo da civilização, cada lugar tinha que depender de seus próprios recursos para a maioria das mercadorias de seu consumo, a menos que dispusesse de facilidades especiais para o transporte por água.

Segundo o autor, são muitas as diversas causas que levaram a localização de indústrias, mas as principais foram as condições físicas, tais como a natureza do clima e do solo, a existência de minas de pedreiras nas proximidades, ou fácil acesso por terra e mar.

No que diz respeito às vantagens da indústria localizada, o autor chama a atenção para a aptidão hereditária. Entende que profissionais especializados se beneficiam da proximidade de vizinhança; segredos de profissão deixam de ser segredo; discutem abertamente os méritos dos inventos e melhoria na maquinaria, nos métodos e na organização geral da empresa. Surgem nas proximidades atividades subsidiárias que fornecem a indústria principal instrumentos e matérias primas.

A concentração de muitas pequenas empresas similares em determinadas localidades provoca economias externas, em função do desenvolvimento geral da indústria localizada (MARSHALL, 1982).

A visão marshalliana evolui temporalmente, permitindo a inserção de conceitos fundamentais que passam a nortear a dinâmica econômica local regional. Segundo Amaral Filho (2002), o desenvolvimento endógeno pode ser entendido como um processo de crescimento econômico que implica uma contínua ampliação da capacidade de geração e agregação de valor sobre a produção bem como da capacidade de absorção da região e na atração de excedentes de outras regiões, com reflexos no emprego, no produto e na renda.

Entretanto, conforme Góes e Guerra (2007, apud Schmitz, 1997) a estratégia de endogenização do desenvolvimento econômico regional e local, a partir de uma abordagem neo-shumpeteriana, realizado por meio da “ação coletiva” dos atores locais, requer um ambiente institucional técnico favorável para o desenvolvimento regional/local auto-sustentado.

Para melhor entender a questão relacionada à “ação coletiva” é importante verificar a visão de Cooke e Clifton (2004). Segundo os autores, os contratos que regem as transações econômicas são incompletos e permitem o surgimento de comportamentos oportunistas, daí a importância de um processo relacional consubstanciado em reciprocidade e confiança. Segundo Herber (2008), comunidades estruturadas e dotadas de certa estabilidade ao longo do tempo, como, em tese, são os Arranjos Produtivos Locais (APLs), proporcionariam a formação desse “capital social” e a geração de externalidades.

Sobre APLs, Cassiolato e Lastres (2003) entendem tratar-se de aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, que têm foco em um conjunto específico de atividades econômicas e que apresentam vínculo entre si. Naturalmente, os vínculos entre os atores precisam se fortalecer para que haja evolução do sistema econômico. Desta forma, o desenvolvimento posterior à formação do APL depende de ações coletivas em direção à busca de inovação, da gestão do processo de governança e da identificação dos mecanismos de reprodução.

A reprodução estaria associada a um processo de desenvolvimento sustentável, que segundo Boisier (1992, apud Hadad, 2009) depende não só do crescimento econômico da região, mas principalmente da sua capacidade de organização social e política, a qual está relacionada ao aumento da autonomia local para a tomada de decisões, ao aumento da

capacidade para reter e reinvestir o excedente econômico gerado pelo processo de crescimento local, a um crescente processo de inclusão social, a um processo permanente de conservação e preservação do ecossistema regional. Esta capacidade de organização social da região é o fator endógeno por excelência para transformar o crescimento em desenvolvimento, através de uma complexa malha de instituições e de agentes de desenvolvimento, articulados por uma cultura regional e por um projeto político local.

Segundo Castro (2009, apud Cassiolato e Szapiro 2002), nos arranjos deve haver forte vínculo entre os atores localizados no mesmo território de forma que as interações possam existir, não apenas as empresas (produtoras, fornecedoras, prestadoras de serviço, comercializadoras), mas também a diversas outras instituições públicas e privadas (voltadas a formação e treinamento de recursos humanos, pesquisa, desenvolvimento e engenharia, consultoria, promoção e financiamento).

Necessariamente integrada à temática anterior, o termo capital social é essencial para a construção do desenvolvimento endógeno. Denominado inicialmente por Lida Hanifan em 1916, tal conceito foi definido como o conjunto dos elementos intangíveis que mais contam na vida cotidiana das pessoas, tais como a boa vontade, a camaradagem, a simpatia, as relações sociais entre indivíduos e a família. Em decorrência, existe a indicação de que redes sociais podem ter valor econômico. Posteriormente, outros autores como: Jane Jacobs, Glenn Loury, Pierre Bourdieu e Ekkehart Schlicht, utilizaram o termo e teorizaram sobre a noção de capital social (MILANI, 2006 p. 13, apud ATAYDE e CHAGAS RIBEIRO, 2009).

Segundo Glückler (2007), uma forma de analisar o desenvolvimento econômico regional é olhar para a economia através das interações em redes. Argumenta o autor que o crescimento regional e a inovação, em grande parte, é resultado da ponte e intermediação de rede de clusters.

Gaspil (2005, apud Castro, 2009) indica a cooperação como elemento importante da composição do capital social, podendo ser entendida como o ato de trabalhar em comum que envolve relações de confiança mútua e coordenação entre os atores, em diferentes níveis. A cooperação empresarial pode ser definida como os acordos entre empresas para compartilhar recursos, capacidades ou atividades com o propósito do aprendizado mútuo e a melhoria da competitividade. O conceito de cooperação também pode ser definido como:

O estabelecimento de acordos temporários ou permanentes entre duas ou mais empresas, dentro de uma decisão estratégica, com a finalidade de obter vantagens mediante a busca e a execução em comum de todas as ações (comerciais, financeiras, logísticas, tecnológicas, produtivas, administrativas, etc) que permitam alcançar um objetivo conjunto, de caráter geral ou específico (FAMP, 2002 apud CASTRO, 2009).

Conforme pode-se observar, a questão do desenvolvimento econômico, tão fundamental para melhorar a vida das populações locais, exige uma consistente composição entre diversos aspectos de cunho material e imaterial e um processo de governança que deve integrar o mercado, o governo e todos os grupos de organização interessados no espaço territorial. A ação individual de qualquer agente se torna fragilizada, mesmo no caso do governo que executa a gestão orçamentária autonomamente. No caso específico da Região Norte Fluminense, objeto desta pesquisa, cujo orçamento tem apresentado substancial crescimento, em função da condição de região produtora de petróleo, a hipótese é que somente recursos materiais são insuficientes para a transformação econômica de uma região fragilizada ratificando, desta maneira, a presente discussão teórica.

5. Análise e Resultados

Com vista ratificar a hipótese de limitação dos recursos materiais no processo de desenvolvimento econômico, a presente verificação empírica buscou apurar o nível de correlação entre a receita proveniente dos royalties do petróleo e o emprego gerado nos municípios produtores de petróleo na Região Norte Fluminense, composta pelos seguintes municípios produtores: Campos dos Goytacazes, Macaé, Quissamã, São João da Barra e Carapebus. Os dados referentes aos municípios encontram-se na Tabela 1, abaixo.

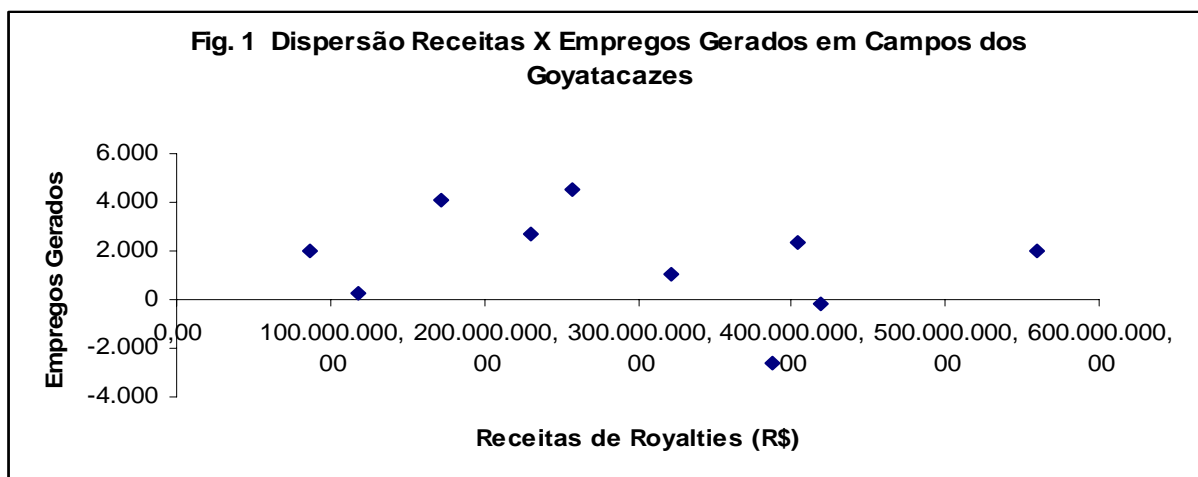
Tab. 1 - Receitas de royalties (R\$) / número de empregos gerados por ano

Anos	Campos	S.J. da Barra	Quissamã	Macaé	Carapebus
2000	87.092.941,18 1.990	12.263.029,70 144	27.077.088,71 29	67.461.252,65 5.576	9.980.224,80 -1
2001	118.236.702,42 288	15.458.617,05 -148	28.130.477,85 127	84.424.763,70 7.103	12.841.874,03 0
2002	172.779.346,92 4.065	5.125.955,14 139	36.859.624,79 -112	140.035.784,61 2.471	19.110.109,23 36
2003	229.727.268,73 2.688	27.790.704,31 32	45.952.480,21 37	187.686.11,86 938	22.490.168,56 11
2004	257.505.841,63 4.527	31.820.819,08 66	46.883.615,27 465	215.440.811,13 5.706	21.701.135,78 8
2005	321.301.169,81 1.062	38.065.549,55 213	53.104.182,53 -432	264.821.319,92 4.296	25.718.960,17 3
2006	403.784.930,05 2.341	46.378.044,37 21	67.632.937,69 154	320,241.924,75 7,786	31,236,121,57 9
2007	386.812.955,63 -2.590	38.997.695,02 164	77.686.215,10 -74	289.542.845,97 6.796	26.534.539,83 15
2008	559.005.735,26 1.989	79.193.445,45 728	101.086.492,98 25	406.961.370,68 10.013	33.748.927,55 21
2009	419.628.508,95 -183	73.127.945,30 239	65.922.006,99 -90	294.572.486,39 -87	21.899.334,24 7

Fonte: MTE e ANP

O primeiro município a ser analisado foi Campos dos Goytacazes, o maior produtor de petróleo do país e detentor da maior receita de royalties da Região Norte Fluminense e que poderia, em princípio, ser tomado como um padrão de referência para os demais.

Com base nos dados apresentados construiu-se um diagrama de dispersão para verificação de tendências que definissem relação entre as variáveis **Recursos de Royalties (X)** e **Saldo de Emprego (Y)**. Para os 10 pares de dados considerados não foi possível constatar, visualmente, nenhuma relação significativa. A Figura 1, abaixo, mostra o diagrama em questão.



A seguir, tentou-se analisar os dados através do cálculo do coeficiente amostral de correlação linear de Pearson ($r = -0,27$) para utilizá-lo como estimador não tendencioso do coeficiente de correlação populacional (ρ). A hipótese nula de não existência de correlação ($H_0: \rho = 0$) não foi rejeitada para níveis de significância inferiores a 20%, o que configura a não existência de correlação linear entre as variáveis.

Finalmente, uma análise de regressão linear entre as variáveis **Y** (dependente) e **X** (independente), confirma a hipótese nula de inexistência de relação linear entre as variáveis ($H_0: \beta = 0$). Os valores encontrados foram $\beta = -0,0000038$ (coeficiente angular da reta de regressão) com $R^2 = 0,075$ (coeficiente de determinação) e valor $p = 0,45$.

Para fins de eliminação de dúvidas, adotou-se procedimento idêntico de análise para os demais municípios produtores. Os resultados encontram-se na Tabela 2 abaixo.

Tab. 2 – Resultados de testes de correlação/regressão linear dos demais municípios

Município	r	β	R^2	Valor p
Macaé	0,29	0,000008	0,08	0,42
Quissamã	-0,11	0,00001	0,01	0,77
Carapebus	0,36	0,000001	0,13	0,31
São João da Barra	0,69	0,000007	0,48	0,03

Com os resultados acima, confirma-se, à exceção do município de São João da Barra, a inexistência de correlação linear entre as variáveis consideradas o que impede a adoção de um modelo de regressão linear para fins de previsão de empregos gerados com base em receitas de royalties.

A atipicidade dos resultados obtidos, ao analisarem-se os dados de São João da Barra deve-se, provavelmente, ao fato deste município ser fortemente influenciado pelas obras do Complexo Portuário do Açú, um mega empreendimento privado que prioriza mão-de-obra local não especializada.

6. Considerações Finais

O incremento substancial das receitas de royalties no orçamento público dos municípios produtores de petróleo, em função da Lei n. 9.478/97 (Lei do Petróleo) que define compensações financeiras pagas pelos concessionários aos municípios beneficiários das áreas de produção de petróleo e gás natural, tem sido um fator motivador de grandes discussões Brasil. Questionamentos fortes sobre possível redistribuição de um lado e discursos de defesa,

em função dos riscos do negócio, do outro lado, alimentam dúvidas sobre a importância e os resultados reais do uso dessa riqueza, oriunda do petróleo. Neste contexto, o presente trabalho investigou a possibilidade de correlação entre as receitas de Royalties e o volume de emprego gerado nos municípios produtores de petróleo da Região Norte Fluminense. Utilizando um diagrama de dispersão para a verificação de tendências que definissem relação entre as variáveis **Recursos de Royalties (X)** e **Saldo de Emprego (Y)**, pode-se verificar a impossibilidade de constatar, visualmente, qualquer relação significativa. O trabalho ainda utilizou uma análise de regressão linear entre as variáveis **Y** (dependente) e **X** (independente), que confirmou a hipótese nula de inexistência de relação linear entre as variáveis ($H_0: \beta = 0$). No procedimento idêntico de análise para os demais municípios produtores, somente o município de São João da Barra ficou excluído da condição de inexistência de correlação linear entre as variáveis consideradas, em função de investimentos privados de natureza exógena que estão sendo implementados localmente. A percepção é que esses investimentos impactam positivamente na formação de saldos crescentes de emprego, já que as ocupações oriundas das contratações estão de acordo com as atividades de construção civil envolvidas no processo de construção do complexo portuário do Açú.

Conclusivamente, as robustas receitas de Royalties não têm contribuído para a geração de emprego nesses municípios, até porque o nível de investimento público historicamente tem sido muito baixo, o que fortalece a tese de que tais receitas alimentam a estrutura de custeio público. Nesse grupo de municípios produtores, o nível de investimento proporcionalmente as receitas correntes no ano de 2009 alcançou 6,7% em Campos dos Goytacazes, 1,5% em Carapebus, 13,6% em Macaé e 7,2% em São João da Barra. Além do baixo padrão, em termos quantitativos, dos gastos com investimento, há de considerar ainda a questão da qualidade desses gastos. Existem fortes indicativos de que tal fato tem como fator preponderante, a ausência de participação das organizações não governamentais no processo de discussão sobre a alocação eficaz desses recursos. Como consequência, observa-se certo autoritarismo do executivo na apropriação das receitas orçamentárias que seguem critérios segundo os interesses de governo, o que não necessariamente vai em direção ao bem estar público. Indicadores próprios da educação, saneamento, segurança pública e da gestão orçamentária, comprovam a baixa qualidade dos gastos públicos, os quais estão ratificados na avaliação empírica deste trabalho que levou em consideração o uso dos royalties de petróleo no contexto da geração de empregos.

7. Referencias Bibliográficas

AMARAL FILHO, J. A *Endogeneização no Desenvolvimento Econômico Regional e Local. Planejamento e Políticas Públicas* ppp, n. 23 junho de 2001.

AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS. <http://www.anp.gov.br>

CERES-CONC. (Centre D'Estudis I Recerca Sindicales de La Comissio Obrera Nacional de Catalunya). *EL TRABAJO precario en Catalunya: descentralización productiva y cambio tecnico en la industria auxiliar de la automocion*. Barcelona, [entre 1988 e 1991].

ERBER, F. *Eficiência Cletiva em Arranjos Produtivos Locais Industriais: Comentando o conceito*. Nova Economia_belo Horizonte_18(1)_11-32_janeiro-abril de 2008.

GLÜCKLER, J. *Economic geography and the evolution of networks*. Journal of Economic Geography 7 (2007) pp. 619–634.

GÓES, T. e GUERRA, O. *Desenvolvimento Endógeno e Teoria Evolucionista comom Fundamentação para políticas Públicas em arranjos Produtivos Locais*. III Encontro de Economia Baiana – set. / 2007.

HADAD, P. R. *Capitais Intangíveis e Desenvolvimento Regional*. Revista de Economia, v. 35, n. 3 (ano 33), p. 119-146, set./dez. 2009. Editora UFPR.

-
- HIRSCHMAN, ALBERT O. *Estratégia do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. (Primeira edição: 1958)
- ISARD, WALTER. *Location and Space Economy: A General Theory Relation to Industrial Location, Market Areas, Land Use Trade and Urban Structure*. Cambridge: MIT Press, 1956.
- LOSCH, AUGUSTE. *The Economics of Location*. New Haven: Yale University Press, 1954.
- MARSHALL, ALFRED. *Princípios de Economia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. Os economistas (Primeira edição: 1890).
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. <http://www.mte.gov.br/>
- PERROUX, FRANÇOIS. *O Conceito de Pólo de Desenvolvimento*. In Schwartzman, J. (org.) *Economia Regional: textos escolhidos*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977. (primeira edição: Note sur la notion de pôle de croissance, 1955).
- PIZZOL, R. e FERRAZ, F. *riqueza e exclusão social: o paradoxo dos royalties do petróleo*. Revista Produção On Line – ABEPRO – Universidade Federal de Santa Catarina – V. 10 / n. 1 – 2010.
- RIBEIRO, ALCIMAR CHAGAS e ARICA, J. *Organização Produtiva Local: uma estratégia para capacitar espaços periféricos* Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 35, nº 4, out-dez. 2004
- ROMER, P. M. *Increasing returns and long-run growth*. Journal of Political Economy, Chicago, v. 94, n.5, p. 1002-1037, 1986.
- SCHMITZ, H. *Collective efficiency and increasing returns*, Working Paper, n. 50, Institute of Development Studies, UK, 1997.
- SOLOW, R. *A Contribution to the theory of economic growth*. The Quarterly Journal of Economics, Cambridge, v.70, n.1, p. 65-94, 1956.
- VON THUNEN, JOHANN HEINRICH. *The Isolated State*. New York: Pergamon Press, 1966.
- WOMACK, J.P.; JONES, D.T.; ROOSS, D. *A máquina que mudou o mundo*. 3.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- WEBER, ALFRED. *Theory of Location of Industries*, 2. ed. Chicago: University of Chicago Press, 1957. (Primeira edição: 1909).